

- Questões gabaritadas de provas recentes da FCC, selecionadas de acordo com Último Edital os temas em comum aos cargos de Técnico Judiciário - Área Judiciária e Administrativa;
- Organizados por disciplinas e assuntos.

1.000

QUESTÕES PARA
TJ-CE

**TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA
JUDICIÁRIA E ADMINISTRATIVA**

Língua Portuguesa
Raciocínio Lógico
Noções de Informática
Direito Constitucional
Noções de Direito Processual Civil

Noções de Direito Processual Penal
Noções de Direito Administrativo
Noções de Administração Pública
Noções de Gestão Pública

1.000

QUESTÕES PARA A

TJ-CE

**TÉCNICO JUDICIÁRIO -
ÁREA JUDICIÁRIA E ADMINISTRATIVA**

APRESENTAÇÃO

O treino de questões, além de testar seus conhecimentos, é fundamental para compreender melhor o perfil da banca organizadora. Ao mesmo tempo em que você revisa a teoria estudada, pratica a metodologia da banca e cria uma rotina de estudos essencial para a sua preparação.

Pensando nisso, a série *Caderno de Questões* apresenta 1.000 questões gabaritadas para o concurso *Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - TJ-CE*, trazendo as mais recentes questões organizadas pela banca FCC, contratada para a realização do certame, para o cargo de *Técnico Judiciário - Área Judiciária e Administrativa*, de acordo com os itens mais relevantes do *Último Edital*.

O material é separado em disciplinas, de acordo com os assuntos abordados no edital publicado, para que você possa treinar tudo o que foi cobrado e já conhecer o que, possivelmente, sua banca irá abordar.

Neste material, você encontra, ainda, o gabarito oficial ao final de cada disciplina, para conferir suas resoluções.



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.


**POR QUE
ADQUIRIR
A VERSÃO
COMPLETA?**


- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**


QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	15
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	15
→ ACENTUAÇÃO.....	16
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	17
→ ARTIGO.....	20
→ SUBSTANTIVO.....	20
→ ADJETIVO.....	21
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	22
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	23
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO.....	29
→ ORAÇÕES COORDENADAS.....	31
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS.....	31
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS.....	32
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS.....	33
→ FUNÇÃO SINTÁTICA DOS PRONOMES PESSOAIS ÁTONOS.....	34
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	34
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	42
→ CRASE.....	46
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	47
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC).....	52
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	56
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	70
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	73
→ GABARITO 	80
RACIOCÍNIO LÓGICO.....	83
→ ESTATÍSTICA - PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	83
→ PROBABILIDADE CONDICIONAL.....	83
→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO.....	83
→ PROBABILIDADE DA UNIÃO.....	84


→ CÁLCULO DE PROBABILIDADES USANDO ANÁLISE COMBINATÓRIA	85
→ MATEMÁTICA - NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA.....	85
→ ANÁLISE COMBINATÓRIA (PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM, ARRANJOS, COMBINAÇÕES, PERMUTAÇÕES)	86
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	86
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	86
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	88
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	90
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	92
→ GABARITO 	94

NOÇÕES DE INFORMÁTICA..... 95

→ WINDOWS 10.....	95
→ WORD 2019.....	96
→ EXCEL 2019.....	98
→ POWERPOINT 2019	99
→ GOOGLE CHROME.....	100
→ OUTLOOK 2019	101
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	101
→ REDES SOCIAIS (FACEBOOK, WHATSAPP, ETC.).....	102
→ GRUPOS COLABORATIVOS E DE DISCUSSÃO.....	102
→ CONCEITOS E TIPOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING)	102
→ GOOGLE DRIVE.....	103
→ CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	103
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	104
→ FIREWALL E PROXY	106
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE.....	107
→ TI - SISTEMAS OPERACIONAIS - CONCEITOS E PROPRIEDADES DO SISTEMA DE ARQUIVOS.....	107
→ GABARITO 	108

DIREITO CONSTITUCIONAL..... 109

→ DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOCTRINA) - EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	109
→ APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO TEMPO (RECEPÇÃO, REPRISTINAÇÃO, DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO).....	109
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	110
→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS).....	110
→ GERAÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	111
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	111
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	112
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	112


→ PERDA DA NACIONALIDADE	113
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	113
→ DOS SÍMBOLOS E IDIOMA DA REPÚBLICA (ART. 13 DA CF/1988)	113
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	114
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	114
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	114
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988)	115
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	115
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	116
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	116
→ DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (ARTS. 32 E 33 DA CF/1988).....	117
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)	117
→ DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 44 A 47 DA CF/1988)	118
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 48 A 50 DA CF/1988).....	118
→ DOS DEPUTADOS E SENADORES (ARTS. 53 A 56 DA CF/1988).....	118
→ DAS COMISSÕES PARLAMENTARES - PERMANENTES E TEMPORÁRIAS (ART. 58 DA CF/1988).....	119
→ COMPETÊNCIAS PARA FISCALIZAÇÃO E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ARTS. 70 A 73 DA CF/1988)	119
→ SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (ART. 74 DA CF/1988)	120
→ TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS, DISTRITAL E MUNICIPAIS	120
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	121
→ ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO (ART. 92 DA CF/1988).....	121
→ COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS (PODER JUDICIÁRIO, ART. 96 DA CF/1988)	121
→ DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (ART. 103-B DA CF/1988).....	122
→ PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO)	123
→ FUNÇÕES INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO).....	123
→ COMPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	123
→ GARANTIAS E VEDAÇÕES (MINISTÉRIO PÚBLICO)	124
→ MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS	125
→ CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP	125
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 131 E 132 DA CF/1988)	126
→ ADVOCACIA PRIVADA E DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 133 A 135 DA CF/1988).....	126
→ GABARITO 	127

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO..... 129

→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO	129
→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	129
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	129
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	129


→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	129
→ MÉRITO ADMINISTRATIVO.....	129
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	130
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	130
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	130
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	130
→ CONVALIDAÇÃO E CONVERSÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	130
→ PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO	131
→ PODER REGULAMENTAR.....	131
→ PODER HIERÁRQUICO	131
→ PODER DISCIPLINAR	131
→ PODER DE POLÍCIA.....	132
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	132
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	132
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	132
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	133
→ AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS	133
→ TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMAS E FUNDAÇÕES DE APOIO)	133
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	134
→ RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS EMPRESAS ESTATAIS E DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	134
→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO	134
→ EXCLUDENTES E ATENUANTES DE RESPONSABILIDADE.....	135
→ RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATOS OMISSIVOS.....	135
→ RESPONSABILIDADE POR ATOS LEGISLATIVOS E JUDICIAIS	135
→ CASOS ESPECIAIS (DANOS DECORRENTES DE OBRA PÚBLICA, RESPONSABILIDADE DOS TABELIÃES, ETC.).....	135
→ CONCEITOS (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995).....	135
→ CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	136
→ PRINCÍPIOS (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995)	136
→ REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS (SERVIÇOS PÚBLICOS).....	136
→ DEVERES E DIREITOS (USUÁRIOS, CONCEDENTE, CONCESSIONÁRIA, LICITAÇÕES - LEI Nº 8.987/1995).....	136
→ AUTORIZAÇÃO, PERMISSÃO E CONCESSÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995).....	136
→ FORMAS DE EXTINÇÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995).....	137
→ INTERVENÇÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995).....	137
→ SUBCONCESSÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995).....	137
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	137
→ PARLAMENTAR DIRETO (CONTROLE POLÍTICO)	138
→ PARLAMENTAR INDIRETO (TRIBUNAIS DE CONTAS E CONTROLE TÉCNICO-FINANCEIRO).....	138
→ CONTROLE JURISDICIONAL	138

→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E ABRANGÊNCIA (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 8.112/1990).....	138
→ FORMAS DE PROVIMENTO (ARTS. 5º A 32 DA LEI Nº 8.112/1990).....	138
→ VACÂNCIA (ARTS. 33 A 35 DA LEI Nº 8.112/1990)	138
→ REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO (ARTS. 36 A 39 DA LEI Nº 8.112/1990).....	139
→ VENCIMENTO E REMUNERAÇÃO (ARTS. 40 A 48 DA LEI Nº 8.112/1990).....	139
→ DAS VANTAGENS: INDENIZAÇÕES (ARTS. 49 A 60-E DA LEI Nº 8.112/1990).....	139
→ DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS (ARTS. 61 A 76 DA LEI Nº 8.112/1990).....	139
→ DAS FÉRIAS (ARTS. 77 A 80 DA LEI Nº 8.112/1990).....	139
→ DAS LICENÇAS, AFASTAMENTOS E CONCESSÕES (ARTS. 81 A 99 DA LEI Nº 8.112/1990).....	140
→ DO TEMPO DE SERVIÇO (ARTS. 100 A 103 DA LEI Nº 8.112/1990)	140
→ DO DIREITO DE PETIÇÃO (ARTS. 104 A 115 DA LEI Nº 8.112/1990)	140
→ DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 116 A 142 DA LEI Nº 8.112/1990).....	140
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (ARTS. 143 A 182 DA LEI Nº 8.112/1990)	140
→ DA COMPETÊNCIA (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 9.784/1999).....	141
→ DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI Nº 14.133/2021)	141
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021).....	141
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021).....	141
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI Nº 14.133/2021)	141
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	142
→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (ARTS. 33 A 39 DA LEI Nº 14.133/2021).....	142
→ DISPOSIÇÕES SETORIAIS, COMPRAS, SERVIÇOS (ARTS. 40 A 52 DA LEI Nº 14.133/2021)	142
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021)	142
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	142
→ ALIENAÇÕES (ARTS. 76 E 77 DA LEI Nº 14.133/2021)	142
→ INSTRUMENTOS AUXILIARES (ARTS. 78 A 88 DA LEI Nº 14.133/2021).....	143
→ CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021)	143
→ GARANTIAS (ARTS. 96 A 102 DA LEI Nº 14.133/2021).....	143
→ ALOCAÇÃO DE RISCOS (ART. 103 DA LEI Nº 14.133/2021).....	143
→ PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 104 DA LEI Nº 14.133/2021).....	143
→ DURAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 105 A 114 DA LEI Nº 14.133/2021)	143
→ EXECUÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 115 A ART. 123 DA LEI Nº 14.133/2021)	144
→ ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (ART. 124 A 136 DA LEI Nº 14.133/2021).....	144
→ HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 137 A 139 DA LEI Nº 14.133/2021)	144
→ RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO (ART. 140 DA LEI Nº 14.133/2021).....	144
→ PAGAMENTOS (ARTS. 141 A 146 DA LEI Nº 14.133/2021)	144
→ NULIDADE DOS CONTRATOS (ARTS. 147 A 150 DA LEI Nº 14.133/2021).....	145
→ MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS (ARTS. 151 A 154 DA LEI Nº 14.133/2021).....	145
→ INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 155 A 163 DA LEI Nº 14.133/2021).....	145

→ IMPUGNAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E RECURSOS (ARTS. 164 A 168 DA LEI Nº 14.133/2021).....	145
→ CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES (ARTS. 169 A 173 DA LEI Nº 14.133/2021)	145
→ ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS (ARTS. 177 A 180 DA LEI Nº 14.133/2021).....	146
→ GABARITO 	146

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL..... 147


→ DIREITO PROCESSUAL CIVIL - APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS (ARTS. 13 A 15).....	147
→ PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 12 E CF/1988).....	147
→ DA JURISDIÇÃO (ART. 16).....	147
→ DA AÇÃO (ARTS. 17 A 20).....	148
→ DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (ARTS. 21 A 41)	148
→ DA COMPETÊNCIA INTERNA (ARTS. 42 A 69).....	148
→ DA CAPACIDADE PROCESSUAL (ARTS. 70 A 76).....	149
→ DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES (ARTS. 77 A 102).....	149
→ DOS PROCURADORES (ARTS. 103 A 107)	149
→ DA SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES (ARTS. 108 A 112).....	149
→ DO LITISCONSÓRCIO (ARTS. 113 A 118).....	150
→ DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS (ARTS. 119 A 138)	150
→ DOS PODERES, DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ (ARTS. 139 A 143).....	150
→ DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 176 A 181).....	150
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 182 A 184).....	151
→ DA DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 185 A 187)	151
→ DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 188 A 211).....	151
→ DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 212 A 217).....	152
→ DOS PRAZOS (ARTS. 218 A 235).....	152
→ DO VALOR DA CAUSA (ARTS. 291 A 293).....	152
→ DA TUTELA PROVISÓRIA (ARTS. 294 A 311).....	152
→ DA PETIÇÃO INICIAL (ARTS. 319 A 331).....	152
→ DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO (ART. 332)	153
→ DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO (ART. 334).....	153
→ DA CONTESTAÇÃO (ARTS. 335 A 342)	153
→ DA RECONVENÇÃO (ART. 343)	154
→ DA REVELIA (ARTS. 344 A 346).....	154
→ DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO (ARTS. 358 A 368).....	154
→ DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (ARTS. 485 A 508).....	155
→ DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA (ARTS. 509 A 512)	155
→ DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (ARTS. 513 A 538)	155
→ DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO (ARTS. 539 A 549).....	156
→ DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS (ARTS. 550 A 553).....	156
→ DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS (ARTS. 554 A 568).....	156

→ DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE (ARTS. 599 A 609).....	156
→ DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA (ARTS. 610 A 673)	156
→ DOS EMBARGOS DE TERCEIRO (ARTS. 674 A 681).....	157
→ DA OPOSIÇÃO (ARTS. 682 A 686)	157
→ DAS AÇÕES DE FAMÍLIA (ARTS. 693 A 699)	157
→ DA AÇÃO MONITÓRIA (ARTS. 700 A 702).....	157
→ DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (ARTS. 719 A 770).....	157
→ DA EXECUÇÃO EM GERAL (ARTS. 771 A 796).....	157
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 926 A 928).....	158
→ DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL (ARTS. 929 A 946).....	158
→ DOS INCIDENTES DE ASSUNÇÃO E ARGUIÇÃO (ARTS. 947 A 950).....	158
→ DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA (ARTS. 951 A 959)	159
→ HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA (ARTS. 960 A 965).....	159
→ DA AÇÃO RESCISÓRIA (ARTS. 966 A 975).....	159
→ DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (ARTS. 976 A 987).....	160
→ DA RECLAMAÇÃO (ARTS. 988 A 993).....	160
→ DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (ARTS. 1.045 A 1.072)	161
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE NORMAS FUNDAMENTAIS E APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS.....	161
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE FUNÇÃO JURISDICIONAL	161
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE SUJEITOS DO PROCESSO	161
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE TUTELA PROVISÓRIA.....	162
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE PROCEDIMENTO COMUM	162
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	163
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	163
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE PROCESSO DE EXECUÇÃO	164
→ JURISPRUDÊNCIA SOBRE ORDEM DOS PROCESSOS E PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS.....	164
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE RECURSOS.....	164
→ JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE ASSUNTOS DIVERSOS E/OU MESCLADOS DE PROCESSO CIVIL.....	164
→ GABARITO 	164


NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL 167


→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS	167
→ LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO, NO ESPAÇO E EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	167
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP)	167
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP)	167
→ DA AÇÃO CIVIL EX DELICTO (ARTS. 63 A 68 DO CPP).....	168
→ JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA - CONCEITOS GERAIS	168
→ DAS QUESTÕES PREJUDICIAIS (ARTS. 92 A 94 DO CPP).....	168

→ DAS EXCEÇÕES (ARTS. 95 A 111 DO CPP).....	168
→ DA RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS (ARTS. 118 A 124 DO CPP).....	169
→ DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS (ARTS. 125 A 144 DO CPP).....	169
→ INCIDENTE DE FALSIDADE (ARTS. 145 A 148 DO CPP).....	169
→ DA INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO (ARTS. 149 A 154 DO CPP)	169
→ TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157 DO CPP)	169
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP)	170
→ DA CONFISSÃO (ARTS. 197 A 200 DO CPP)	170
→ DO OFENDIDO (ART. 201 DO CPP)	170
→ DAS TESTEMUNHAS (ARTS. 202 A 225 DO CPP).....	170
→ DA ACAREAÇÃO (ARTS. 229 A 230 DO CPP).....	171
→ DOS DOCUMENTOS (ARTS. 231 A 238 DO CPP).....	171
→ DA BUSCA E APREENSÃO (ARTS. 240 A 250 DO CPP).....	171
→ DO JUIZ (ARTS. 251 A 256 DO CPP)	171
→ DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 257 A 258 DO CPP).....	172
→ DO ACUSADO E SEU DEFENSOR (ARTS. 259 A 267 DO CPP).....	172
→ DOS ASSISTENTES (ARTS. 268 A 273 DO CPP)	172
→ DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (ARTS. 274 A 281 DO CPP).....	172
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E PRISÃO ESPECIAL (ARTS. 282 A 300 DO CPP).....	173
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP)	173
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316 DO CPP)	173
→ DA PRISÃO DOMICILIAR (ARTS. 317 E 318 DO CPP)	173
→ DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (ARTS. 319 A 320 DO CPP).....	174
→ DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA (ARTS. 321 A 350 DO CPP).....	174
→ DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 351 A 372 DO CPP)	174
→ ALCANCE DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO (ARTS. 394 E 394-A DO CPP)	174
→ FASE POSTULATÓRIA (ARTS. 395 A 397 DO CPP).....	175
→ FASE INSTRUTÓRIA (ARTS. 399 A 405 DO CPP)	175
→ FASE DECISÓRIA E SENTENÇA PENAL (ARTS. 381 A 392 DO CPP)	175
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ARTS. 513 A 518 DO CPP)	175
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497 DO CPP)	175
→ NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS (ARTS. 563 A 573 DO CPP).....	176
→ TEORIA GERAL DOS RECURSOS CRIMINAIS (DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE RECURSOS)	176
→ RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	176
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 593 A 603 DO CPP)	176
→ EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE	177
→ EMBARGOS DECLARATÓRIOS	177
→ HABEAS CORPUS (ARTS. 647 A 667 DO CPP)	177
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 791 A 811 DO CPP).....	177

→ LEGISLAÇÃO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL ESPECIAL - LEI Nº 10.259/2001 - JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL	177
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DO CONDENADO E DO INTERNADO (ARTS. 5º A 60 DA LEI Nº 7.210/1984 - LEP).....	178
→ DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL (ART. 61 A 81-B DA LEI Nº 7.210/1984 - LEP).....	178
→ DOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS (ART. 82 A 104 DA LEI Nº 7.210/1984 - LEP).....	178
→ DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE (ARTS. 105 A 170 DA LEI Nº 7.210/1984 - LEP).....	178
→ DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA (ARTS. 171 A 179 DA LEI Nº 7.210/1984 - LEP).....	179
→ DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO (ARTS. 180 A 193 DA LEI Nº 7.210/1984 - LEP).....	179
→ DO PROCEDIMENTO JUDICIAL (ARTS. 194 A 197 DA LEI Nº 7.210/1984 - LEP).....	179
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 60 A 62 DA LEI Nº 9.099/1995).....	180
→ DA COMPETÊNCIA E DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 63 A 68 DA LEI Nº 9.099/1995)	180
→ DA FASE PRELIMINAR (ARTS. 69 A 76 DA LEI Nº 9.099/1995)	180
→ DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (ARTS. 77 A 83 DA LEI Nº 9.099/1995).....	180
→ DA EXECUÇÃO, DAS DESPESAS PROCESSUAIS E DISPOSIÇÕES FINAIS (ARTS. 84 A 92 DA LEI Nº 9.099/1995).....	180
→ LEI Nº 9.296/1996 - INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA.....	181
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 9.605/1998)	181
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 6º A 24 DA LEI Nº 9.605/1998).....	181
→ DA AÇÃO E DO PROCESSO PENAL (ARTS. 26 A 28 DA LEI Nº 9.605/1998)	181
→ DOS CRIMES CONTRA A FAUNA (ARTS. 29 A 37 DA LEI Nº 9.605/1998).....	181
→ DOS CRIMES CONTRA A FLORA (ARTS. 38 A 53 DA LEI Nº 9.605/1998).....	182
→ DA POLUIÇÃO E OUTROS CRIMES AMBIENTAIS (ARTS. 54 A 61 DA LEI Nº 9.605/1998).....	182
→ LEI Nº 12.850/2013 - CRIME ORGANIZADO (ANTIGA LEI Nº 9.034/1995)	182
→ GABARITO 	182

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... 185

→ ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - ORGANIZAÇÃO (INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO).....	185
→ ADMINISTRAÇÃO.....	185
→ ADMINISTRADOR.....	186
→ PROCESSO ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS	186
→ DESENHO ORGANIZACIONAL (CONCEITOS, TIPOS, CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO).....	187
→ DEPARTAMENTALIZAÇÃO (CONCEITOS E TIPOS).....	190
→ CONCEITOS GERAIS SOBRE GESTÃO POR PROCESSOS.....	192
→ CICLO PDCA (PLAN-DO-CHECK-ACT OU CICLO DE SHEWART)	194
→ BPM, BPMN E CBOK.....	196
→ SEIS SIGMA (6 SIGMA)	197
→ SOCIETY FOR DESIGN AND PROCESS (SDPS).....	197
→ GABARITO 	197

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA.....	199
→ ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO (DIRETRIZES, PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ETAPAS, NÍVEIS)	199
→ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	200
→ INTENÇÃO ESTRATÉGICA OU DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	201
→ DIAGNÓSTICO DE AMBIENTE ORGANIZACIONAL - MATRIZ SWOT	202
→ ESTRATÉGIA E VANTAGEM COMPETITIVA.....	204
→ PLANEJAMENTO BASEADO EM CENÁRIOS	204
→ INDICADORES DE DESEMPENHO	205
→ BALANCED SCORECARD (BSC)	205
→ REDES E ALIANÇAS	207
→ PLANEJAMENTO TÁTICO	207
→ PLANEJAMENTO OPERACIONAL.....	207
→ LIDERANÇA	208
→ GESTÃO DE CONFLITOS.....	208
→ MOTIVAÇÃO.....	209
→ PROCESSO DECISÓRIO (TOMADA DE DECISÃO).....	210
→ DESEMPENHO	211
→ GABARITO 	212

LÍNGUA PORTUGUESA

→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS

1. (FCC – 2019) Todas as palavras estão grafadas corretamente em:

- a) Talvez restem poucas reminiscências no imaginário coletivo dos males de algumas doenças evitadas pela vacinação.
- b) Os médicos reinvidicam uma maior aderência dos pacientes às campanhas esclarecedoras sobre a vacinação.
- c) O medo de que as vacinas façam mau às crianças tem levado o Ministério da Saúde a rever suas estratégias.
- d) A ignorância quanto aos riscos das vacinas se estende das camadas mais pobres às mais abastadas da população.
- e) O ideal é que os responsáveis vacinem seus filhos exponetaneamente, visando protege-los e colaborando com o coletivo.

2. (FCC – 2019) Todos os vocábulos estão grafados corretamente em:

- a) Jornalista renomado, Ruy Castro já produziu textos para diversos veículos da empresa brasileira.
- b) Além de jornalista, Ruy Castro é ezímio biografo. Seus livros sobre Nelson Rodrigues e Garrincha são famosos.
- c) Grande parte da produção jornalística de Ruy Castro foi eternizada em livros, os quais são elogiados pelos criticos.
- d) Em seu livro Chega de Saudade, Ruy Castro conclue uma reconstituição histórica do período da Bossa Nova no Brasil.
- e) Ruy Castro fala de seus hábitos como jornalista desde a época em que redigia os textos à máquina de escrever.

3. (FCC – 2018)

[Viagem sem volta]

Uma das nossas contradições fundamentais é a gente desejar viver na cidade grande e levar no inconsciente a intenção de criar em torno de nós a aldeia natal. Sabemos que a tranquilidade e a solidariedade da vila são imprescindíveis à respiração normal do psiquismo; mesmo assim, no dia de cumprir nosso destino enfiamos as roupas melhorzinhas e partimos para a cidade, onde as aflições são certas, mas podem vir misturadas com um novo prazer, com uma alegria inédita.

Movidos por essa sensualidade das experiências novas e desafiadoras é que trocamos a paz preguiçosa e angelical da nossa província pelo festival demoníaco da metrópole. Pensará o jovem: “a terra de meu pai está cansada para as batatas...” É assim que tantos partem para os grandes centros, agravando a poluição humana e deixando preocupado o ministro da Agricultura.

(Adaptado de: CAMPOS, Paulo Mendes. O mais estranho dos países. São Paulo, Companhia das Letras, 2013, p. 104)

Observam-se plenamente a **correta ortografia e a adequada pontuação** na redação do seguinte comentário sobre o texto:

- a) O autor da crônica não deixa de ajuizar, é certo, os prejuízos eventualmente causados pelo êxodo dos jovens, que comumente aspiram a viver nos grandes centros.
- b) O cronista parece acreditar que os jovens se ezasperam, frequentemente, com a monotonia que se institue no cotidiano das suas pacatas aldeias.
- c) A agricultura é um dos segmentos econômicos que se dão mau pelo fato de prevalescer, entre os jovens, a necessidade de assessar os grandes centros.
- d) Em vez de se aceitarem como meros expectadores da vida que passa, muitos jovens embuem-se, de uma obrigação radical, e partem para a metrópole.
- e) A monotonia destitue a vida do grande encantamento que há naquilo que ao nos surpreender, traz consigo o prazer insubstituível das experiências reveladoras.

4. (FCC – 2018) Atenção: A questão refere-se ao texto seguinte.

PORTARIA Nº 195, de 20 de dezembro de 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Dispõe sobre o credenciamento da imprensa no âmbito da Presidência da República, e dá outras providências

O Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência da República, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 16, incisos V e VIII, da Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República, aprovada pelo Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016, resolve:

Art.1º Esta Portaria dispõe sobre as normas de credenciamento da imprensa junto à Presidência da República.

[...]

Art. 4º O credenciamento será concedido a repórteres, repórteres fotográficos e cinematográficos e técnicos que tenham vínculo com jornais, agências de notícias veículos da internet, revistas, emissoras de rádio ou de televisão e agências de fotojornalismo que tenham sede ou sucursal em Brasília, devidamente registrados no CNPJ, que realizam publicações em portais de notícias e mídia impressa e além dos profissionais de imprensa vinculados a órgãos da imprensa estrangeira mediante os seguintes critérios:

I. uma mesma pessoa não poderá ser credenciada por mais de uma empresa e em mais de uma categoria profissional;

II. poderão ser credenciados mais de uma empresa ou grupo de empresas, conforme a área de interesse ou característica do veículo.

[...]

Art. 6º O credenciamento anual, inclusive dos profissionais de imprensa brasileiros que trabalhem em empresas estrangeiras, deve ser requerido, por meio de cadastramento eletrônico, no sítio do Planalto: <http://www2.planalto.gov.br/area-de-imprensa>, preenchendo a ficha de dados cadastrais e anexando a seguinte documentação em formato pdf único [...]

(Presidência da República, Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br>)

Todas as palavras estão grafadas em conformidade com a ortografia vigente em:

RACIOCÍNIO LÓGICO

→ ESTATÍSTICA - PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA

1. (FCC – 2019) Em uma empresa com 160 funcionários em que 55% são homens e o restante mulheres, decide-se demitir 20 homens e 15 mulheres. Posteriormente, verificou-se que, no novo quadro de funcionários, apenas $\frac{1}{3}$ das mulheres possui nível superior completo. Escolhendo aleatoriamente um funcionário no novo quadro de funcionários, a probabilidade de ele ser mulher e não possuir nível superior completo é de

- a) 15,20%.
- b) 54,40%.
- c) 23,75%.
- d) 30,40%.
- e) 45,60%.

2. (FCC – 2019) Cada um dos divisores positivos de 72 foi escrito em um cartão, de forma que em cada cartão foi escrito um único divisor e nenhum divisor foi escrito em mais de um cartão. Em seguida, esses cartões foram colocados em uma caixa. Sorteando-se um desses cartões, a probabilidade de ele conter um número múltiplo de 6 é

- a) $\frac{1}{18}$
- b) $\frac{1}{12}$
- c) $\frac{1}{6}$
- d) $\frac{1}{4}$
- e) $\frac{1}{2}$

3. (FCC – 2017) Em um trecho de pedágio de uma rodovia no interior do Estado passam, pelas cabines, um total de 2.300 carretas de dois e três eixos, onde 1.725 são carretas de dois eixos. A probabilidade de passar uma carreta de três eixos pelas cabines é de

- a) 30%.
- b) 20%.
- c) 33%.
- d) 15%.
- e) 25%.

→ PROBABILIDADE CONDICIONAL

4. (FCC – 2026) Sabe-se que 12% dos contribuintes de uma determinada base são selecionados em uma malha fiscal. Dentre os selecionados, 65% apresentam inconsistências graves, enquanto esse índice é de apenas 4% entre os contribuintes não selecionados. Ao escolher aleatoriamente um contribuinte que apresenta inconsistência grave, a probabilidade aproximada de ele ter sido selecionado na malha fiscal é de

- a) 69%
- b) 95%

- c) 12%
- d) 33%
- e) 57%

5. (FCC – 2025) Considere um dado piramidal com 4 faces numeradas de 1 a 4. A face 2 é duas vezes mais provável do que a 1. A face 3 é 3 vezes mais provável que a face 2 e a face 4 é 4 vezes mais provável que a face 3. A probabilidade condicional de sair a face 1 ou a face 3 sabendo-se que saiu a face 1 ou a face 4 é de

- a) $\frac{1}{25}$
- b) $\frac{1}{6}$
- c) $\frac{1}{2}$
- d) $\frac{1}{4}$
- e) $\frac{1}{50}$

6. (FCC – 2018) Uma turma julgadora da segunda instância tem 400 processos para serem julgados agravos ou embargos, sendo que 140 são processos iniciados na 1ª Vara do tribunal, 200 são processos iniciados na 2ª Vara para julgamento de agravo e 30 são processos iniciados na 1ª Vara para julgamento de embargos.

Ao selecionar aleatoriamente um processo, e sabendo-se que foi iniciado na 1ª Vara, a probabilidade do processo se referir a um julgamento de agravo é

- a) $\frac{11}{14}$.
- b) $\frac{11}{40}$.
- c) $\frac{10}{13}$.
- d) $\frac{5}{14}$.
- e) $\frac{1}{2}$.

7. (FCC – 2018) Uma urna contém cinco bolas, três brancas e duas pretas. Suponha que as bolas sejam indistinguíveis entre si, exceto pela cor. Retirando-se duas bolas ao acaso dessa urna, consecutivamente e sem reposição, a probabilidade da segunda bola retirada ser preta, se a primeira bola retirada foi branca, é

- a) 60%
- b) 40%
- c) 30%
- d) 25%
- e) 50%

→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO

8. (FCC – 2025) Em uma urna há cartões idênticos ao tato e numerados de 1 a 9. Retiram-se, ao acaso e sem reposição, três cartões dessa urna. A probabilidade de que os três cartões sorteados estejam numerados com números pares é de

- a) $\frac{1}{2}$.
- b) $\frac{2}{3}$.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

→ WINDOWS 10

1. (FCC – 2025) Os computadores utilizados na rede interna de um Tribunal devem estar protegidos contra ataques de malware e acessos não autorizados.

Em máquinas com esse sistema operacional instalado e funcionando em condições ideais, o Windows 10

- a) possui antispywares, que são utilizados exclusivamente para remover vírus que já infectaram o sistema, assim esses vírus são neutralizados e não oferecem mais nenhum tipo de ameaça.
- b) oferece o Windows Defender Antivírus de forma nativa. Estando no modo ativo, os arquivos são verificados, as ameaças são corrigidas e as ameaças detectadas são listadas nos relatórios de segurança.
- c) oferece segurança nativa para bloqueio de worms, um tipo de malware que exige interação do usuário para se propagar na rede, como clicar em um link ou abrir um arquivo infectado.
- d) dispensa a configuração de um firewall, caso já haja um antivírus instalado, pois o antivírus realiza todas as funções de proteção contra acessos não autorizados.
- e) possui um recurso nativo chamado Defender Shield, que impede a instalação de qualquer programa malicioso e monitora todas as ameaças. caso esteja executando no modo S.

2. (FCC – 2023) No prompt de comandos do Windows 10, em português, ao se digitar o comando ipconfig e pressionar a tecla Enter

- a) é exibido, dentre outras informações, o endereço IPv4 do computador, por exemplo, 192.168.15.7
- b) abre-se uma janela na qual será possível configurar o endereço IPv4 e IPv6 do computador.
- c) as configurações dos adaptadores de rede do computador são resetadas e reconfiguradas automaticamente.
- d) as configurações dos adaptadores de rede são exibidas e um novo endereço IP para o computador é solicitado.
- e) é exibido, dentre outras informações, o endereço IPv4 do computador, por exemplo, 2804:431:cfe0:8d02:3d78:2a37:3bae:7c3f

3. (FCC – 2022) Uma pessoa precisa acessar o Gerenciador de Tarefas em um computador com o sistema operacional Windows 10 em português, funcionando em condições ideais. Considere as ações:

I. posicionar o mouse sobre o botão Iniciar e clicar com o botão direito do mouse > a partir das opções oferecidas pelo menu que aparece, selecionar o Gerenciador de Tarefas.

II. pressionar as teclas de atalho Windows T que dão acesso direto ao Gerenciador de Tarefas.

III. pressionar simultaneamente as teclas Ctrl Alt Del > na tela que aparece, selecionar o Gerenciador de Tarefas.

A pessoa conseguirá acessar o Gerenciador de Tarefas por meio

- a) das ações I e III, apenas.
- b) das ações I e II, apenas.
- c) da ação III, apenas.
- d) das ações II e III, apenas.
- e) das ações I, II e III.

4. (FCC – 2019) Um técnico utilizando um computador com o sistema operacional Windows 10, em sua configuração padrão para a língua portuguesa, seleciona o botão Visão de Tarefas, presente na Barra de Tarefas. Esse botão

- a) amplia o texto e imagens da tela, facilitando a sua visualização.
- b) apresenta, na forma de gráfico, o uso dos principais recursos do computador pelas tarefas (CPU, memória, rede etc.).
- c) apresenta uma tabela com todas as tarefas que o sistema operacional pode executar.
- d) exhibe a relação de tarefas que o sistema operacional está executando no momento.
- e) permite visualizar as janelas que estão abertas nesse momento.

5. (FCC – 2019) Os aplicativos do Windows 10, em português, normalmente armazenam seus dados na pasta AppData, que é específica para cada usuário e, por padrão, fica oculta. Dentro dessa pasta há uma pasta chamada Roaming que é usada para que o Windows leve as configurações do perfil do usuário para outros computadores, de modo que ele possa manter as suas preferências nos diferentes computadores que utilizar na rede. Como a pasta AppData fica oculta, para acessar o caminho C:\Users\[nome do usuário]\AppData\Roaming a partir do Explorador de Arquivos do Windows, digita-se na linha de endereço da janela a instrução

- a) [appdata]
- b) go > appdata
- c) appdata\roaming
- d) dir appdata
- e) %appdata%

6. (FCC – 2019) No gerenciador de dispositivos do Windows 10, em português, após selecionar um dispositivo e clicar na ferramenta Atualizar driver de dispositivo, aparecerá uma janela onde será possível escolher a forma como se deseja pesquisar pelo driver correto. Dentre outras, a opção que permite localizar e instalar o software de driver manualmente é:

DIREITO CONSTITUCIONAL

→ DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOCTRINA) - EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

1. (FCC – 2022) Ao disciplinar o direito de greve dos servidores públicos, a Constituição Federal estabeleceu, expressamente, que “será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”. Quanto à sua capacidade de produção de efeitos, cuida-se de norma constitucional de eficácia

- a) limitada.
- b) contida.
- c) plena.
- d) programática.
- e) restringível.

2. (FCC – 2018) Ao discorrer sobre o direito de resposta assegurado na Constituição Federal vigente, em voto proferido em sede de arguição de descumprimento de preceito fundamental, determinado Ministro do Supremo Tribunal Federal asseverou que o art. 5º, inciso V, da Constituição brasileira, ao prever o direito de resposta, qualifica-se como regra impregnada de suficiente densidade normativa, revestida, por isso mesmo, de aplicabilidade imediata, a tornar desnecessária, para efeito de sua pronta incidência, a interpositio legislatoris, o que dispensa, por isso mesmo, ainda que não se lhe vede, a intervenção concretizadora do legislador comum.

Nesse trecho, evidencia-se que, quanto à capacidade de produção de efeitos, a norma que assegura o direito de resposta possui eficácia

- a) plena, característica esta inerente a todas as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais.
- b) contida, característica esta inerente a todas as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais.
- c) plena, característica esta de que não dispõem as normas constitucionais de eficácia contida, as quais exigem a atuação ou elaboração de normativa infraconstitucional para produção de efeitos desejados, ainda que se trate de normas definidoras de direitos e garantias fundamentais.
- d) contida, característica esta de que não dispõem as normas constitucionais de eficácia limitada, as quais exigem a atuação ou elaboração de normativa infraconstitucional para produção de efeitos desejados, ainda que se trate de normas definidoras de direitos e garantias fundamentais.
- e) plena, característica esta de que não dispõem as normas constitucionais de eficácia limitada, as quais exigem a atuação ou elaboração de normativa infraconstitucional para produção de efeitos desejados, ainda que se trate de normas definidoras de direitos e garantias fundamentais.

3. (FCC – 2018) Normas constitucionais de eficácia limitada

- a) não servem como parâmetro de inconstitucionalidade.
- b) implicam a não-recepção da legislação infraconstitucional anterior com elas incompatível.
- c) orientam, mas não condicionam a produção do legislador infraconstitucional.
- d) são indiferentes à configuração de eventual inconstitucionalidade por omissão.
- e) admitem disciplina em sentido diverso do que apontam, por meio de lei complementar.

→ APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO TEMPO (RECEPÇÃO, REPRISTINAÇÃO, DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO)

4. (FCC – 2018) Considere, hipoteticamente, que em determinado Estado nacional seja promulgada nova Constituição, na qual estejam contempladas as seguintes disposições:

I. Permanecem válidos e consideram-se vigentes, com o caráter de lei ordinária, os dispositivos da Constituição anterior que não contrariem esta Constituição.

II. As leis ordinárias promulgadas anteriormente à entrada em vigor desta Constituição mantêm-se válidas e em vigor naquilo em que não sejam contrárias a esta Constituição.

As disposições em questão referem-se, respectivamente, aos fenômenos da

- a) recepção de normas constitucionais e desconstitucionalização.
- b) desconstitucionalização e recepção.
- c) repristinação e recepção.
- d) desconstitucionalização e repristinação.
- e) recepção de normas constitucionais e repristinação.

5. (FCC – 2017) Promulgada uma nova Constituição, elaborada por representantes eleitos pelo povo, dá-se início a uma nova ordem jurídica, que enseja a

- a) inexistência das normas constitucionais e infraconstitucionais anteriormente vigentes, sendo necessário dar início a uma nova estrutura normativa.
- b) revogação das normas infraconstitucionais anteriormente vigentes, dando-se prazo para que o Legislativo dê início à produção de normas gerais, possibilitando que se inicie o processo legislativo nos demais entes federados.
- c) inconstitucionalidade superveniente da legislação constitucional e infraconstitucional anteriormente vigente, independentemente de seu conteúdo.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FCC – 2021) O critério que define o direito público resumindo-o às regras de organização e gestão dos serviços públicos exercidos pelo Estado ficou conhecido como o critério

- a) residual.
- b) do Poder Executivo.
- c) da escola puissance publique.
- d) do serviço público.
- e) das relações jurídicas.

→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

2. (FCC – 2023) Constitui expressão do poder de tutela, próprio do regime jurídico administrativo,

- a) o poder de rever atos discricionários por critério de conveniência e oportunidade, observado o interesse público.
- b) o dever de anular os atos quando eivados de vícios, independentemente de provocação do interessado.
- c) o controle finalístico exercido pelo ente instituidor sobre entidades integrantes da Administração indireta.
- d) as cláusulas exorbitantes presentes nos contratos administrativos, derogatórias do regime contratual de direito privado.
- e) a aplicação de sanções disciplinares a servidores e empregados públicos e aqueles que possuam vínculo com a Administração.

→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

3. (FCC – 2023) O princípio da Administração Pública conhecido com a impessoalidade é aquele que

- a) exige a previsão legal anteriormente à sua prática, nela se justificando.
- b) defende que os atos da Administração sejam todos realizados com pessoa jurídica.
- c) defende que todos os atos sejam publicizados para garantia de sua regularidade.
- d) exige postura neutra, com discriminações justificadas somente pelo interesse público.
- e) se realiza em prol de um grupo de pessoas e não somente à pessoa determinada.

→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS

4. (FCC – 2024) A impossibilidade de a Administração Pública rever um ato administrativo já praticado, por meio do qual concedeu regularmente a um particular determinado direito, tem fundamento nas normas constitucionais que, dentre os direitos e garantias fundamentais, estabeleceram a proteção ao

- a) direito adquirido e à impessoalidade.
- b) direito adquirido e à coisa julgada.
- c) direito adquirido e à propriedade privada.
- d) ato jurídico perfeito e à coisa julgada.
- e) ato jurídico perfeito e ao direito adquirido.

→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

5. (FCC – 2021) O ato administrativo divide-se em duas categorias, quais sejam, quanto ao conteúdo e quanto à forma de que se revestem. Em relação ao conteúdo, a aprovação é ato

- a) unilateral e discricionário, pelo qual se exerce o controle do ato administrativo.
- b) unilateral e vinculado, pelo qual a Administração reconhece a legalidade de um ato jurídico.
- c) pelo qual os órgãos consultivos da Administração emitem opinião sobre assuntos de sua competência.
- d) unilateral e discricionário, precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração aprova a utilização privativa de bem público a um particular.
- e) pelo qual a Administração reconhece ao particular o direito a prestar um serviço público.

→ MÉRITO ADMINISTRATIVO

6. (FCC – 2025) Os atos administrativos, quando discricionários, editados pela autoridade competente com base em juízo de conveniência e oportunidade,

- a) são passíveis de convalidação pela Administração Pública, quando identificado vício de finalidade, sempre mediante ratificação da autoridade superior aquela que editou o ato viciado.
- b) podem ser revogados a qualquer tempo pela Administração Pública, com base na autotutela, com efeitos ex tunc, ou seja, vedada a manutenção de quaisquer efeitos produzidos antes da revogação.
- c) não são passíveis de controle de legalidade pelo Poder Judiciário, este que não pode imiscuir-se no exame de validade do ato discricionário, cabendo à Administração Pública exercer o controle da higidez do ato.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

→ DIREITO PROCESSUAL CIVIL - APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS (ARTS. 13 A 15)

1. (FCC – 2022) De acordo com o que dispõe o Código de Processo Civil,

- a) em nenhuma hipótese, poderá ser proferida decisão contra uma das partes do processo sem que ela seja previamente ouvida.
- b) na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições desse Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.
- c) os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão. A lista de processos aptos a julgamento deverá estar permanentemente à disposição para consulta pública em cartório e na rede mundial de computadores.
- d) a norma processual não retroagirá, salvo para beneficiar o réu, e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados, quando possível, os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- e) o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto quando se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

2. (FCC – 2019) De acordo com o Código de Processo Civil, a norma processual

- a) retroagirá, mas não será imediatamente aplicável aos processos em curso.
- b) retroagirá e será imediatamente aplicável aos processos em curso.
- c) não retroagirá nem será imediatamente aplicável aos processos em curso.
- d) não retroagirá e será imediatamente aplicável aos processos em curso.
- e) retroagirá, respeitados os atos processuais já praticados.

→ PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 12 E CF/1988)

3. (FCC – 2019) Segundo as normas fundamentais do processo civil,

- a) não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito, sendo vedada a arbitragem.
- b) a solução consensual dos conflitos se insere no âmbito da liberdade individual, não cabendo ao Estado promovê-la.

- c) não se proferirá, em nenhuma hipótese, decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- d) o juiz não pode decidir com base em fundamento sobre o qual não tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, mesmo quanto a matéria que possa conhecer de ofício.
- e) os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

4. (FCC – 2018) No que se refere às normas fundamentais do Processo Civil,

- a) todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
- b) é assegurado às partes tratamento diferenciado em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, inclusive quanto ao contraditório, a ser discricionariamente resguardado a elas pelo juiz.
- c) as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.
- d) o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo se tratar-se de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- e) os juízes e tribunais atenderão obrigatoriamente à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

→ DA JURISDIÇÃO (ART. 16)

5. (FCC – 2020) No que tange à jurisdição, é correto afirmar:

- a) em obediência ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, em nenhuma hipótese a parte precisará exaurir a via administrativa de solução de conflitos, podendo sempre, desde logo, buscar a solução pela via do Poder Judiciário.
- b) a integração obrigatória à relação jurídico-processual concerne ao princípio da inevitabilidade da jurisdição, gerando o estado de sujeição das partes às decisões jurisdicionais.
- c) o princípio segundo o qual ninguém será processado senão pela autoridade competente diz respeito à indelegabilidade da jurisdição.
- d) nos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, a intervenção do Judiciário não é obrigatória para que se obtenha o bem da vida pretendido, mostrando-se sempre facultativa essa interferência.
- e) em obediência ao princípio do juiz natural, é defesa a criação de varas especializadas, câmaras especializadas nos tribunais ou foros distritais.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS

1. (FCC – 2018) A Constituição Federal estabelece, em seu art. 5º, inciso XXXV, que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. No Direito Processual Penal, o dispositivo constitucional refere-se ao princípio da

- a) investidura.
- b) indelegabilidade.
- c) improrrogabilidade.
- d) inevitabilidade.
- e) indeclinabilidade.

→ LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO, NO ESPAÇO E EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS

2. (FCC – 2025) Considere as assertivas abaixo sobre o Processo Penal brasileiro.

I. A lei processual penal tem aplicação imediata, atingindo os processos em tramitação, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

II. Se a nova lei for híbrida, apresentando conteúdos penais e processuais, prevalecerá o aspecto penal. Sendo este mais benéfico, o conteúdo material retroagirá e o processual terá aplicação imediata.

III. O Código de Processo Penal adotou o sistema da unidade processual, segundo o qual cada fase processual é independente, podendo, assim, ser reguladas por leis distintas, promulgadas sucessivamente no tempo.

Esta correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I.
- d) II e III.
- e) III.

→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP)

3. (FCC – 2018) Segundo orientação do Supremo Tribunal Federal, o inquérito policial não possui contraditório. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) As medidas invasivas e redutoras da privacidade, deferidas judicialmente, devem, contudo, ser submetidas a esse princípio quando cessadas e reunidas as provas colhidas por esses meios.

- b) O contraditório diferido somente poderá ser exercido após a conclusão do inquérito policial.
- c) O investigado somente poderá ter conhecimento do depoimento das testemunhas após o seu interrogatório.
- d) No regime de sigilo da Lei nº 12.850/2013 – Lei das organizações criminosas – a inexistência do contraditório é absoluta.
- e) O contraditório diferido limita-se ao inquérito policial, não sendo aplicável aos demais procedimentos investigatórios de natureza penal.

→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP)

4. (FCC – 2025) O Ministério Público, na qualidade de titular da ação penal pública, possui prazos a serem cumpridos para o oferecimento da denúncia. No entanto, nos casos de extrapolação do prazo legal, de forma injustificada, a lei processual delega à vítima a possibilidade de ingressar com uma Ação Penal Privada Subsidiária da Pública. Nesse caso, será admitida

- a) queixa-crime nos delitos de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa-crime, e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso adesivo e, no caso de negligência da vítima, retomar a ação pública incondicionada.
- b) ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.
- c) ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la ou oferecer queixa substitutiva, intervindo em todos os atos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de impetria do querelante, retomar a ação como parte principal.
- d) ação privada subsidiária da pública, se esta não for intentada no prazo estabelecido em lei, cabendo ao Ministério Público alterar a queixa, rejeitá-la e oferecer nova denúncia, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelado, retomar a ação como parte principal.
- e) ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, e fornecer testemunhas e prova documental, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

→ ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - ORGANIZAÇÃO (INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO)

1. (FCC – 2026) De acordo com Morgan (2002), o conflito entre os direitos de cidadão e os de empregado remunerado, em uma situação de autoridade, poder e relações superior-subordinado, é caracterizado pela metáfora:

- a) Fluxos e transformação.
- b) Organismos.
- c) Prisões psíquicas.
- d) Sistemas políticos.
- e) Máquinas.

2. (FCC – 2024) São considerados stakeholders do Mercado de Produtos os

- a) gestores.
- b) acionistas.
- c) sindicatos.
- d) bancos.
- e) funcionários.

3. (FCC – 2022) O racionalismo é uma das principais características básicas das organizações formais modernas e consiste

- a) na responsabilização da autoridade que comanda os demais em razão da hierarquia imposta.
- b) na produção com eficiência, a partir da divisão de tarefas entre seus membros.
- c) no aumento da eficiência e diminuição de custos de produção.
- d) na divisão hierárquica da empresa para o comando das operações.
- e) na padronização dos procedimentos importantes para alcance dos objetivos.

4. (FCC – 2017) A afirmação Toda organização é um sistema político pretende transmitir a ideia de que

- a) poder, política e relações sindicais são complicados.
- b) poder, política e corrupção são inevitáveis.
- c) política, negociação de interesses e corrupção se complementam.

- d) ética nos negócios não é compatível com relações de poder e política.
- e) poder, política e negociação de interesses coexistem.

→ ADMINISTRAÇÃO

5. (FCC – 2024) No final do século XX, com o uso intensivo de tecnologia de informação, gestão participativa e conhecimento, surgiram 05 modelos organizacionais caracterizados como “pós-modernos”. Nesse contexto, houve a substituição da hierarquia gerencial por grupos autogeridos, conhecida como tendência

- a) plutocracia.
- b) policracia.
- c) burocracia.
- d) holocracia.
- e) autocracia.

6. (FCC – 2024) De acordo com uma das leis da Quinta Disciplina, de Peter Senge, algumas intervenções bem-intencionadas provocam respostas do sistema que excluem os benefícios da intervenção. Este fenômeno denomina-se de feedback de

- a) defasagem.
- b) sistema.
- c) compensação.
- d) reforço.
- e) equilíbrio.

7. (FCC – 2019) A administração de uma organização é o processo de

- a) estabelecer padrões de desempenho, medir o desempenho atual e compará-lo com os padrões estabelecidos.
- b) planejar, organizar, liderar e controlar o trabalho dos envolvidos na organização de modo a utilizar todos os recursos disponíveis para alcançar os objetivos estabelecidos.
- c) certificar que os atos dos membros da organização levam em conta os objetivos estabelecidos pela direção na reunião anual do Conselho Diretor.
- d) alocar o trabalho, a autoridade, as funções, o orçamento e outros recursos da organização de modo que ela possa alcançar seus objetivos.
- e) utilizar a lógica e os métodos para estabelecer objetivos e ações para a organização.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

→ ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO (DIRETRIZES, PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ETAPAS, NÍVEIS)

1. (FCC – 2026) O planejamento:

I. tático traduz as diretrizes gerais em planos específicos para cada departamento.

II. estratégico envolve decisões de longo alcance e maior exposição às incertezas.

III. tático possui grau de risco superior ao do planejamento estratégico.

IV. estratégico é de curto prazo e altamente flexível, permitindo ajustes imediatos.

V. operacional concentra-se na execução imediata das tarefas programadas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV.
- b) III, IV e V.
- c) I e III.
- d) II, III e IV.
- e) I, II e V.

2. (FCC – 2026) O processo administrativo de Planejamento formula os objetivos da organização e os estabelece em uma hierarquia, a qual os objetivos maiores impõem-se sobre os específicos.

Portanto, no nível hierárquico mais específico, estão

- a) as normas.
- b) os programas.
- c) as políticas.
- d) as diretrizes.
- e) as metas.

3. (FCC – 2025) É fundamental para o sucesso da atividade de segurança a função administrativa de estabelecer os objetivos, a definição dos recursos e as ações necessárias para alcançá-los, e delas derivam os planos que, a partir de então, servirão de balizamento das ações que garantirão a integridade esperada. A função administrativa e sua consequência dizem respeito, respectivamente, a

- a) revisão e planejamento.
- b) meta e plano.
- c) planejamento e plano.
- d) reunião e planejamento.
- e) inspeção e check-in.

4. (FCC – 2025) Nas atividades para alcançar metas, destaca-se o benefício de se adotar ações pormenorizadas que podem ser tratadas particularmente, podendo ser, inclusive, substituídas ou abandonadas sem prejudicar o todo, sendo essa uma possibilidade que permite flexibilidade e maior facilidade para eventuais manutenções ou mudanças de procedimentos.

Trata-se de

- a) plano de abandono.
- b) modularidade.
- c) plano de contingência.
- d) faseamento.
- e) falseamento.

5. (FCC – 2024) A atividade de planejamento, como uma das funções inerentes ao Administrador,

- a) restringe-se à identificação, gerenciamento e mitigação de riscos, sob pena de se imiscuir em funções próprias da direção da organização.
- b) é de natureza eminentemente operacional, sendo realizada no decorrer da execução das atividades e não ex ante.
- c) corresponde, quando na modalidade planejamento estratégico, ao planejamento sistêmico das metas de longo prazo e dos meios disponíveis para alcançá-las.
- d) cabe sempre à alta direção da organização, sendo que os níveis gerenciais e operacionais não são dotados de competência para desempenho de atividade de tal natureza.
- e) pode ser tático ou operacional, sendo o primeiro relativo à fixação de metas e o segundo consistente na correspondente aferição e medição por meio de indicadores.

6. (FCC – 2018) Em relação ao alinhamento organizacional entre os níveis de planejamento em uma organização em que prevalece a lógica do sistema aberto, deve-se

- a) trabalhar com maior incerteza e imprevisibilidade.
- b) trabalhar com uso da racionalidade limitada.
- c) trabalhar com uma mediação (limitação da incerteza).
- d) focar no planejamento em nível operacional.
- e) focar no planejamento em nível intermediário.

7. (FCC – 2018) Um importante desafio para as instituições de saúde é incorporar os conceitos e as metodologias de gestão de processos em suas práticas, seus planejamentos e sua governança. De maneira geral, essas metodologias são compostas de cinco fases a seguir:

- a) Definição de objetivos; mensuração de aspectos-chave; análise para desenvolver e projetar alternativas; construção da rede política de atores; controle do futuro estado de processo.

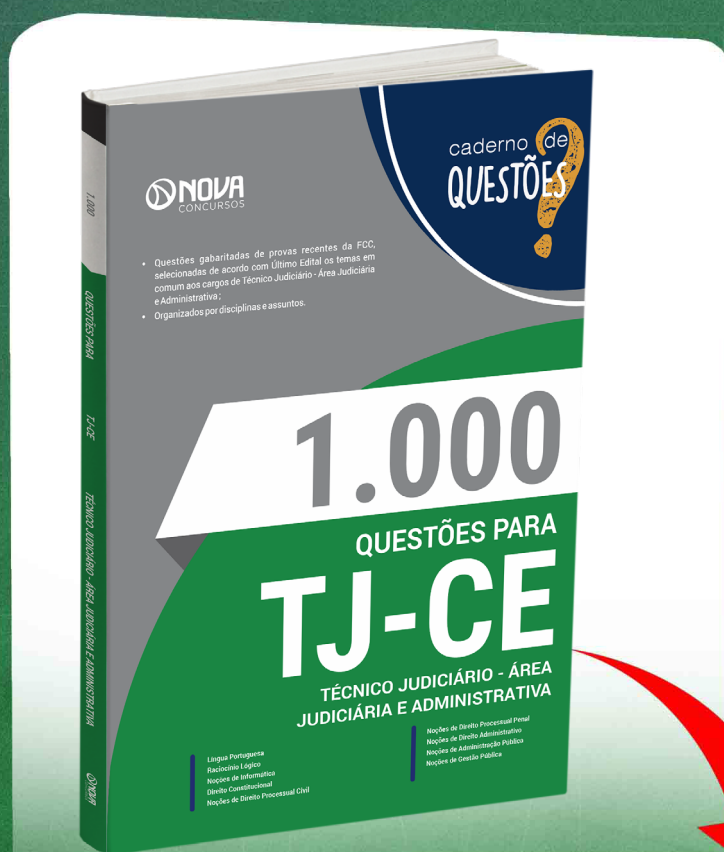
MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 **799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021**

 **92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022**

 **213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022**

 **337 APROVADOS
NO INSS 2022**



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO